

O FEDERALISMO SECUNDARISTA COMO TÁTICA POLÍTICA NAS ESCOLAS OCUPADAS DO SUBÚRBIO DO RIO DE JANEIRO⁴¹

Guilherme Xavier de Santana

Doutor em História Comparada no Programa de Pós Graduação em História Comparada do Instituto de História da Universidade Federal do Rio de Janeiro (PPGHC-IH-UFRJ); membro-pesquisador do Observatório do Trabalho na América Latina da UFRJ (OTAL-UFRJ) e do Coletivo de Pesquisas Decoloniais e Libertárias da UFRJ (CPDEL-UFRJ); Mestre em Educação no Programa de Pós Graduação em Educação da Universidade Federal do Rio de Janeiro (PPGE-UFRJ) na linha de Políticas e Instituições Educacionais.

RESUMO

O presente artigo tem a intenção de a partir do contexto do fenômeno político das ocupações de escolas no Rio de Janeiro em 2016, fazer uma análise da dinâmica e tática política que os secundaristas das escolas ocupadas na região do Grande Meier (subúrbio da capital do estado) que tem traços que dialogam com o princípio do federalismo e por sua vez também possui pontos de contato com a educação libertária. O trabalho também traz um debate teórico, se baseando nos pressupostos da ideologia anarquista, aliado a prática no qual os estudantes construíram no período das ocupações.

PALAVRAS-CHAVE

Ocupações de escolas; Federalismo; Educação libertária

⁴¹ Artigo desenvolvido a partir da tese defendida pelo próprio autor em março de 2023 no Programa de Pós Graduação em História Comparada da UFRJ (PPGHC-UFRJ) e intitulada “Nossa escola, nossas regras: uma análise libertária das ocupações de escola”.

SECONDARY FEDERALISM AS A POLITICAL TACTIC IN OCCUPIED SCHOOLS IN THE SUBURB OF RIO DE JANEIRO

ABSTRACT

This article intends to, from the context of the political phenomenon of school occupations in Rio de Janeiro in 2016, make an analysis of the dynamics and political tactics that secondary school students from occupied schools in the Grande Meier region (suburb of the state capital) which has traits that dialogue with the principle of federalism and in turn also has points of contact with libertarian education. The work also brings a theoretical debated, based on the assumptions of anarchist ideology, combined with the practice in which students built during the occupations

94

KEYWORDS

Occupations of schools; Federalism; Libertarian education

INTRODUÇÃO

A tradição libertária dentro do campo da educação tem uma vasta lista de experiências ao redor do mundo, em diferentes locais e tempos histórico. Destacamos de início que para diferentes correntes socialistas ao longo da história a educação não é somente realizada no ambiente formal das escolas e outros espaços como universidades. O processo pedagógico se dá em diversos aspectos da vida e o processo de transformação de uma sociedade menos desigual, mais igualitária e fraterna passa necessariamente pela educação.

Gregory Chambat (2006) em seu livro “Instruir para revoltar” aponta elementos importantes na trajetória de um importante anarquista francês chamado Fernand Pelloutier e sua pedagogia da ação direta. Nas palavras de Chambat e sua interpretação da obra e vida de Pelloutier,

Pela força das coisas, educação e revolução não se sucedem no tempo, mas se superpõem num processo dinâmico e dialético (uma nutre a outra reciprocamente). A educação liberta o indivíduo das opressões ideológicas que o aprisionam e o retêm na resignação, tornando-o receptivo à urgência revolucionária. A revolução, quanto a ela, confirma e libera as potencialidades desveladas pela educação, abrindo ao mesmo tempo novos horizontes. Fim de chefes, fim de hierarquias, uma sociedade a reconstruir integralmente (Chambat, 2006.: 42).

Além disso, uma das particularidades que alguns intelectuais destacam na construção da educação pregada pelos anarquistas desde o século XIX são os princípios, que vão muito além de um método aplicado pedagogicamente.

Dentre os princípios libertários na educação podemos mencionar a ação direta, a autogestão, o apoio mútuo, a democracia direta, dentre outros que reforçam a construção política junto ao cotidiano pedagógico. O filósofo Silvio Gallo defende que os anarquistas assumem o caráter político da educação, ao coloca-la não ao serviço da manutenção de uma ordem social, mas buscando uma transformação, por meio de denúncias frequentes das injustiças com o intuito de despertar nos indivíduos a consciência da necessidade de uma revolução social (Gallo, 2007).

Outro princípio libertário que serve de inspiração e sempre foi importante na construção política dos anarquistas é o federalismo. E é esse princípio que servirá como norte de

análise para identificar a tática de resistência dos estudantes secundaristas durante o período de ocupações de escolas no ano de 2016 no estado do Rio de Janeiro.

SOBRE O FEDERALISMO

A ideia de federalismo é trabalhada por alguns autores clássicos anarquistas ao longo da história. O primeiro a teorizar o conceito, a partir da prática política na qual a classe trabalhadora já se organizava, foi Proudhon. Na apresentação da obra do autor “Do princípio federativo”, Trindade (2001) observa:

O federalismo como uma técnica permitindo respeitar a pluralidade e, conseqüentemente, a livre iniciativa dos grupos sociais e suas liberdades. Mais exatamente, o pluralismo é essencial à realidade social desalienada: o federalismo não é uma técnica preferível, suscetível de trazer mais bem-estar ou liberdade aos produtores, ele é a expressão da realidade social (Trindade, 2001: 14).

96

De acordo com Proudhon, a ordem política, para se estabelecer, necessita de dois princípios fundamentais: autoridade e liberdade, sendo que o primeiro é iniciador e o segundo é determinante. A autoridade supõe uma liberdade que a reconheça e a liberdade, no sentido político do termo, supõe uma autoridade que lide e construa com ela. O princípio do federalismo demanda que esses elementos dialoguem na prática política e a partir daí se efetivem. Nesse sentido, o anarquista francês nos mostra que o sistema federativo é o oposto da hierarquia ou centralização administrativa e ainda diz que suas principais características são restringir a autoridade central, legitimando a liberdade maior dos envolvidos em geral, fortalecendo as relações diretas e políticas por territórios (Proudhon, 2001).

Proudhon, com o federalismo, busca apresentar um método no qual se descentralizam e ao mesmo tempo potencializam as lutas sociais, contrariando a lógica de centralização existente nos estados e em demais filosofias políticas que De Moraes (2018) chama de Estadolátricas⁴².

⁴²[...] “Nossa concepção de Estadolatria é absolutamente diferente da utilizada pelo pensamento ultraliberal, que defendem o Estado mínimo, exclusivamente, para garantir a propriedade, o patrimônio e o lucro dos proprietários. Essa concepção não aponta para o fim do Estado, mas,

Ainda sobre Proudhon, Alves (2018) mostra que, para o pensador e militante francês, o federalismo na prática aconteceria da seguinte forma:

[...] substitui-se a centralização dos poderes incrustados em um Estado ou governo, pelas associações entre indivíduos, proprietários, comunas, bairros, cidades etc. de baixo para cima. Trata-se de um ordenamento que visa suprimir ao máximo a necessidade de açambarcadores, atravessadores, enfim, terceiros. A federação seria uma resposta à unicidade da sociedade e multiplicidade dos indivíduos e grupos (Alves, 2018).

Berthier, por sua vez, define:

O federalismo é aos olhos de Proudhon um sistema de organização funcional e racional cujo objetivo é evitar os inconvenientes da centralização política e aqueles da atomização: ele não parte de pressupostos ideológicos, mas cola na realidade da existência das populações organizadas. A sociedade é um conjunto vivo, complexo e movente. As contradições que a atravessam são a condição de sua existência: “distinguir-se, definir-se, é existir; do mesmo modo que confundir-se e absorver-se, é perder-se (Berthier, 2016: 17).

E depois ainda mostra, a partir do paradigma proudhoniano, que:

[...] o federalismo é um modo de organização no qual cada instância constitutiva do organograma é autônoma no que diz respeito às questões que a concernem diretamente, e que delega, por intermédio de um ou vários representantes designados, uma parcela de sua soberania nas instâncias superiores do organograma para as questões que ultrapassam o campo de intervenção. Não há, portanto, nem captação de todo o poder pelo cume (centralismo), nem atomização do poder (autonomismo) (Berthier, 2016:31-32).

Nossa hipótese do federalismo secundarista será desenvolvida tomando como base na prática organizativa durante a mobilização das ocupações de escolas no Rio de Janeiro. Achamos importante além de dialogar com o conceito

apenas, para um direcionamento de suas funções, com vistas a garantir o pleno funcionamento da economia capitalista, sem possibilidade de qualquer papel mais generoso para os governados. Assim, só o pensamento anarquista pode estabelecer a crítica ao Estado, enquanto instituição de coerção, de controle, de autoridade, que atenta contra a liberdade dos governados, opondo-se, frontalmente, à tradição da Estadalatria. Nos nossos termos, essa categoria funciona como uma camisa de força, que obsta reflexões teóricas para além da conformação coercitiva, centralizadora, e de superação da dicotomia entre governantes e governados. O oposto à Estadalatria é, portanto, o autogoverno, ou autogestão, em todos os sentidos da vida” (De Moraes, 2018: 38-39).

clássico de federalismo iniciado por Proudhon no século XIX adaptando à realidade tanto do contexto atual quanto ao imaginário social dos estudantes enquanto sujeitos de suas ações e construções políticas coletivas. Por fim nossa hipótese conceitual dialogará com a questão do fazer político autonomista que desde sempre dialogou com os anarquistas, ao longo da história, e ao analisar a mobilização estudantil não será diferente, como veremos.

Vamos discorrer um pouco do contexto que aconteceu a mobilização estudantil em 2016 no Rio de Janeiro e mais a frente aplicaremos o federalismo no caso das ocupações de parte do subúrbio da capital fluminense.

CONTEXTUALIZANDO AS OCUPAÇÕES DE ESCOLAS NO RIO DE JANEIRO EM 2016

98

Ao adentrarmos na conjuntura política em que eclodiram as ocupações de escola no estado do Rio de Janeiro, achamos importante mostrar alguns antecedentes. No mandato anterior a 2016 quem governava o executivo estadual era Sérgio Cabral Filho (MDB), que assumiu o executivo em 2007 (sendo eleito em 2006) e ficou no poder até abril de 2014⁴³ – quando renunciou devido à pressão política, fruto principalmente das rebeliões populares nas ruas no contexto do período de megaeventos em 2013. Em 2016⁴⁴ o ex-governador foi preso devido à suspeição de receber propina para a concessão de obras públicas no desdobramento da Operação Lava-Jato⁴⁵.

As críticas da categoria da Educação diante da gestão do governo Cabral sempre foram incessantes, tanto que durante

⁴³TORRES, Livia. Carta com renúncia de Sérgio Cabral é lida em solenidade na Alerj. G1, [Rio de Janeiro], 3 abr. 2014. Disponível em: <https://g1.globo.com/rio-de-janeiro/noticia/2014/04/sergio-cabral-renuncia-atraves-de-carta-lida-em-solenidade-no-rio.html>. Acesso em: 15 abr. 2021.

⁴⁴BRITO, Carlos; BOECKEL, Cristina. Ex-governador Sérgio Cabral é preso pela PF na Zona Sul do Rio. G1, [Rio de Janeiro], 17 nov. 2016. Disponível em: <https://g1.globo.com/rio-de-janeiro/noticia/2016/11/ex-governador-sergio-cabral-e-preso-pela-pf-na-zona-sul-do-rio.html>. Acesso em: 22 mar. 2023.

⁴⁵MPF – Ministério Público Federal. Entenda o caso. MPF, Brasília, DF, [2021?]. Página sobre o caso Lava Jato. Disponível em: <http://www.mpf.mp.br/grandes-casos/lava-jato/entenda-o-caso>. Acesso em: 22 mar. 2023.

seu mandato ocorreram movimentos grevistas nos anos 2009, 2011, 2013 e 2014. As denúncias passavam pelo sucateamento e abandono das escolas da Rede Estadual. Segundo dados divulgados pelo Sindicato Estadual dos Profissionais de Educação do Estado do Rio de Janeiro (SEPE-RJ), foram 157 escolas estaduais fechadas no período entre 2010 e 2014⁴⁶.

A partir de uma lógica neoliberal e meritocrática na rede de ensino, com aval do Banco Mundial, os governantes no Rio de Janeiro no século XXI intensificaram a aplicação de um projeto educacional voltado ao padrão do mercado, em que os custos deveriam estar relacionados à lógica do lucro/benefício e a preocupação central não estaria na formação, e sim na inclusão dos indivíduos no mercado de trabalho, garantindo condições mínimas de consumo (quando isso), porém ausência completa de compreensão dos processos sociais⁴⁷.

No pleito do fim de 2014 para o governo do Rio de Janeiro, quem ganha as eleições e assume o cargo executivo no estado é o candidato Luiz Fernando Pezão (MDB), vice-governador de Sérgio Cabral em seus dois mandatos. O sucessor no poder governamental prosseguiu nos planos voltados à política educacional do antecessor, agora preso em Bangu (zona oeste da capital fluminense). Após mais de um ano de mandato, sem avanço nas negociações entre categoria e governo, além de um acúmulo de medidas políticas que há anos geravam insatisfação entre os profissionais, os trabalhadores e trabalhadoras da Educação deflagraram o início do seu movimento de greve no dia 2 de março.

É importante registrar que além da rede estadual de educação, vinculada à Secretaria do Estado de Educação do Rio de Janeiro (SEEDUC), a Fundação de Apoio à Escola Técnica (FAETEC), vinculada à Secretaria de Ciência, Tecnologia e Inovação do governo estadual entrou em greve no mesmo dia. Vale dizer também que “a FAETEC é uma instituição estadual voltada para o ensino médio, superior e técnico profissionalizante, sendo uma das instituições de ensino mais

⁴⁶http://seperj.org.br/ver_noticia.php?cod_noticia=5212

⁴⁷Essas características não se restringem ao governo MDB no Rio de Janeiro, mas no caso dos anos de Cabral no poder especificamente se tornaram explícitas tais tomadas de decisão no campo da Educação.



importantes do estado, com unidades em 37 cidades” (Azevedo, 2018: 56).

Dentre as reivindicações da rede estadual estavam algumas pautas clássicas de toda a classe trabalhadora ao longo da história, como questões salariais e de condições de trabalho. Azevedo (2018) traz as pautas de forma minuciosa a seguir:

[...] eleição para direção das unidades escolares; retorno dos funcionários terceirizados (limpeza e portaria) às escolas; a regularização da carga horária de funcionários técnico administrativos (agentes de leitura, coordenadores pedagógicos, etc.) e melhorias emergenciais na infraestrutura da grande maioria das escolas da rede. É interessante notar que os principais objetivos da greve não eram conquistar novos direitos, mas manter os que já existiam (Azevedo, 2018: 56).

Somada às pautas da greve a conjuntura era de imposição de cortes de alguns direitos trabalhistas pela gestão do MDB, que governava o estado há alguns mandatos. Um dos fatos que mostram concretamente essa política de austeridade é o congelamento do reajuste salarial por dois anos (2015 e 2016) para a área da Educação e da Saúde⁴⁸. Outro exemplo de ação que precariza o trabalho dos educadores no Rio de Janeiro é a implementação autoritária de políticas meritocráticas⁴⁹ que, ano após ano, vêm deixando a categoria cada vez mais insatisfeita, com menos autonomia pedagógica e com mais trabalhos extraclasse⁵⁰.

⁴⁸Esse reajuste salarial até o momento em que estamos nos encaminhando para a finalização da tese não foi colocado em prática para servidores públicos da Educação.

⁴⁹Dentre os quais podemos citar o plano de metas que escolas e consequentemente docentes são obrigados a cumprir, impondo uma intensa competição na rede por meio de avaliações externas periódicas (SAERJ) e sem diálogo com a categoria; excesso de trabalho burocrático como acessar ao sistema eletrônico e manual para lançar notas nos fins de bimestres; não cumprimento do 1/3 de horas extraclasse; promessa de bonificações em vez de reajuste salarial, fato que aumenta o grau de competitividade entre docentes e unidades escolares em geral, etc.

⁵⁰Toda essa forma de política tinha um mecanismo institucional da SEEDUC chamado GESTÃO INTEGRADA DA ESCOLA (GIDE) que significa o seguinte, segundo o próprio material da Secretaria pesquisado e descrito por José dos Santos Souza (2016): “sistema de gestão que contempla os aspectos estratégicos, políticos e gerenciais inerentes à área educacional com foco em resultados. Tem como objetivo melhorar significativamente os indicadores da educação, tendo como referência as metas do IDEB [Índice

O argumento da gestão do Governo na época para explicar tais medidas políticas e econômicas que afetam a vida da população – principalmente a dos servidores públicos em geral, incluindo os da educação – é o de que o estado, nos últimos tempos, passa por uma crise gerada pela baixa arrecadação de recursos, devido aos cortes da verba dos royalties de petróleo que o Rio de Janeiro deveria receber.

A situação do funcionalismo público no período do governo Pezão em 2016, ano em que já se tinha como presidente Michel Temer⁵¹ (ambos do MDB), era uma das piores da história. Dentre algumas ações governamentais tivemos o aumento do fator previdenciário, um corte de gastos nos serviços públicos em geral - principalmente na área de Educação e Saúde - e o atraso de pagamento de aposentados. Todas essas medidas faziam parte de um acordo chamado de Regime de Recuperação Fiscal (RRF)⁵².

É importante mencionar também que, conforme divulgado pelo Tribunal de Contas do Estado (TCE), entre os anos de 2008 e 2013, a gestão do Governo Sérgio Cabral concedeu cerca de 140 bilhões em isenções fiscais a empresas privadas que estabeleceram parcerias com o Governo em diversos setores⁵³ – tudo isso na época em que a referida crise já afetava o Rio de Janeiro.

101

de Desenvolvimento da Educação Básica] estabelecidas pelo Ministério da Educação” (Governo do Estado do Rio de Janeiro, 2016).

⁵¹Após um processo longo e tumultuado, a presidente Dilma Rousseff (PT) sofre o Impeachment e no dia 13 de maio o então vice-presidente, Michel Temer (MDB), assumiu o maior cargo executivo do país.

⁵²CONSELHO DE SUPERVISÃO DE PLANO DE RECUPERAÇÃO FISCAL DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO. Plano de Recuperação Fiscal do Estado do Rio de Janeiro: Período 2017-2020 Monitoramento do Plano de Recuperação Fiscal do Estado do Rio de Janeiro. [Rio de Janeiro: *s. n.*], [202-]. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/atividade-legislativa/comissoes/comissoes-temporarias/externas/55a-legislatura/intervencao-na-seguranca-publica-do-rio-de-janeiro/documentos/audiencias-publicas/ApresentaoConselhodeSupervisodoRegimedeRecuperaoFiscal030418.pdf>. Acesso em: 5 mar. 2023.

⁵³ VASCONCELLOS, Fábio. Disponível em: http://blogs.oglobo.globo.com/na-base-dos-dados/post/isencoes-fiscais-do-governo-do-rio-para-empresas-somam-r-138-bi-diz-relatorio-do-tce.html?utm_source=Facebook&utm_medium=Social&utm_campaign=compartilhar Acesso em: 16 nov 2022.

A greve que lutou contra essas políticas e pelas pautas mencionadas foi histórica pelo fato de ter uma adesão recorde. Segundo o SEPE-RJ, entre 70% e 80% da categoria paralisaram as atividades nos primeiros dias e semanas em todo o estado. É importante lembrar aqui que os números da adesão apresentados pela representação dos trabalhadores e pela Secretaria Estadual de Educação do Rio de Janeiro sempre divergiram⁵⁴.

Outro fator que tornou essa greve da rede estadual em 2016 um evento ímpar foi a sua duração: foram quase 5 meses de paralisação. Esse forte movimento dos trabalhadores gerou alguns avanços nas pautas pedagógicas, mas terminou sem acordos nas questões econômicas que foram fundamentais para que a categoria tivesse paralisado suas atividades de uma forma como há décadas não ocorria.

A partir daqui e após descrever alguns dos fatores e pautas políticas que influenciaram a deflagração da greve no início do mês de março, vamos apontar elementos que marcaram o movimento de ocupações de escola no Rio de Janeiro.

Para iniciar falando da conjuntura que o Rio de Janeiro vivia no período, o relato de Fernandes (2019), em sua obra “O governo das juventudes, o imperceptível e estranho aos controles: as ocupações secundaristas no Rio de Janeiro”, aponta algumas características importantes ao dizer que: “Os alunos participavam ativamente das manifestações nas ruas, dos debates públicos e das assembleias dos professores. Percebiam, acima de tudo, o quão gasto e, muitas vezes, impotentes os movimentos de greve podiam ser” (Fernandes, 2019: 74).

Podemos dizer que no Rio de Janeiro aconteceu um processo anterior que influenciou as unidades escolares serem ocupadas. No trecho a seguir temos um breve resumo sobre essa etapa das agitações políticas dos secundaristas:

⁵⁴LIMA NETO, Nelson. Sepe indica 70% de adesão no primeiro dia de greve no Estado; Secretaria de Educação fala em 3%. Extra, [Rio de Janeiro], 3 maio 2016. Disponível em: <https://extra.globo.com/economia-e-financas/servidor-publico/sepe-indica-70-de-adesao-no-primeiro-dia-de-greve-no-estado-secretaria-de-educacao-fala-em-3-18792665.html>. Acesso em: 7 mar. 2023.

[...] a mobilização saiu das redes sociais e passou para as próprias escolas, com a organização de reuniões dos estudantes e das comunidades escolares, abaixo-assinados, atos de protesto locais dentro ou em frente à escola, manifestações de rua, aulas públicas, debates e em alguns casos reuniões com representantes da SEEDUC-RJ (Azevedo, 2018: 58).

A primeira escola ocupada foi o Colégio Estadual Prefeito Mendes de Moraes, localizada no bairro da Ilha do Governador, fato que se passou no dia 21 de março de 2016. Dentre as principais reivindicações dos estudantes constavam a falta de aparelhos de ar-condicionado, a superlotação das salas de aula (em média 50 alunos por sala, sem ventilação apropriada) e a falta de professores e de funcionários como porteiros e inspetores que foram demitidos e substituídos por trabalhadores da limpeza⁵⁵. Além disso, muitas salas se encontravam em péssimas condições, apresentando goteiras e rachaduras e, assim como em muitas escolas da rede, o colégio não contava com sala de informática funcionando, dentre tantos outros motivos relatados.

Uma semana depois (dia 28 de março) o Colégio Estadual Gomes Freire de Andrade⁵⁶, na Penha, foi o segundo no estado a ser ocupado. Nessa leva mais três instituições no dia 4 de abril foram ocupadas: Colégio Estadual Heitor Lira⁵⁷, também localizado no bairro da Penha; o Colégio Estadual Visconde de

⁵⁵LINS, Artur; LEON, Rodrigo. Mobilização de estudantes do RJ: Primeira Escola Ocupada do Rio de Janeiro, a faísca contra o ajuste do Pezão. Esquerda Diário, [Rio de Janeiro], 22 mar. 2016. Disponível em: <http://www.esquerdadiario.com.br/Primeira-Escola-Ocupada-do-Rio-de-Janeiro-a-faisca-contr-o-ajuste-do-Pezao>. Acesso em: 10 mar. 2023.

⁵⁶CORREA, Douglas. Estudantes ocupam mais três escolas da rede estadual do Rio de Janeiro. Agência Brasil, Rio de Janeiro, 4 abr. 2016. Disponível em: <https://agenciabrasil.ebc.com.br/educacao/noticia/2016-04/rj-aumenta-para-cinco-escolas-da-rede-publica-ocupadas-por-alunos>. Acesso em: 13 mar 2023.

⁵⁷ESTUDANTES ocupam a terceira escola estadual no Rio. Estado de Minas, Rio de Janeiro, 4 abr. 2016. Disponível em: https://www.em.com.br/app/noticia/nacional/2016/04/04/interna_nacional_749913/estudantes-ocupam-a-terceira-escola-estadual-no-rio.shtml. Acesso em: 13 mar. 2023.

Cairu⁵⁸, no Méier; além do colégio Euclides Paulo da Silva, em Maricá⁵⁹.

Com o passar dos dias e a mobilização avançando em todo estado, podemos afirmar que o ápice do movimento no Rio de Janeiro foi dia 20 de abril, quando se somavam 72 escolas ocupadas, sendo 65 da rede estadual e o restante de unidades da FAETEC (Azevedo, 2018: 58).

Barreto (2019) faz um balanço geral do mapa das ocupações por municípios mostrando que:

A maior parte das ocupações, 56, ficou concentrada na região metropolitana, onde está mais da metade da rede. Um quarto dos municípios do Rio de Janeiro (23 dos 92) tiveram ao menos um colégio ocupado. A cidade com o maior número foi a capital do estado, com 32 ocupações. Em seguida se destacaram Campos dos Goytacazes, centro urbano da mesorregião Norte Fluminense, com seis; São João de Meriti, na Baixada Fluminense, com cinco; e Niterói, município vizinho ao Rio, também com cinco. Os demais municípios concentraram entre uma e três instituições ocupadas (Barreto, 2019: 130).

104

A dinâmica das ocupações de escolas no estado do Rio de Janeiro não aconteceu de forma uniforme e cada escola em sua região tiveram algumas pautas específicas, outras gerais e acima de tudo, algumas particularidades que ao mesmo tempo possuíam conexão em alguns pontos com as demais escolas ocupadas. Na região do Grande Meier todas as escolas estaduais foram ocupadas nesse período de mobilização em 2016, e detectamos que houve também aspectos que vale a nossa exploração analítica que virá a seguir no artigo.

⁵⁸UBES - União Brasileira dos Estudantes Secundaristas. RJ: Colégio Visconde de Cairu é ocupado por estudantes contra precarização: Mobilização dos secundaristas denuncia descaso do governo estadual, que abandonou escola. UBES, [s. l.], 4 abr. 2016. Disponível em: <http://ubes.org.br/2016/rj-colegio-visconde-de-cairu-e-ocupado-por-estudantes-contra-precarizacao/>. Acesso em: 14 mar. 2023.

⁵⁹G1. Estudantes ocupam Escola Estadual Euclides Paulo da Silva, em Maricá Alunos pedem melhorias na estrutura e ensino de qualidade: Cinco unidades estão ocupadas no estado do Rio. G1, [Maricá, RJ], 5 abr. 2016. Disponível em: <https://g1.globo.com/rj/regiao-dos-lagos/noticia/2016/04/estudantes-ocupam-escola-estadual-euclides-paulo-da-silva-em-marica-rj.html>. Acesso em: 14 mar. 2023.

FEDERALISMO SECUNDARISTA: UMA ANÁLISE DAS OCUPAÇÕES DE ESCOLAS DO GRANDE MEIER EM 2016 NO RIO DE JANEIRO

Como dito, a primeira escola ocupada no Rio de Janeiro num contexto de greve em 2016 foi o Colégio Estadual Prefeito Mendes de Moraes (Ocupa Mendes). Após a escola ocupada no bairro da Ilha do Governador tivemos dezenas de unidades escolares em todo o Estado. E no chamado Grande Meier que abrange uma região da zona norte do Rio de Janeiro contemplando alguns bairros⁶⁰ da Zona Norte da cidade onde praticamente todas as escolas foram ocupadas.

A cronologia das ocupações dessa região se deu da seguinte forma: o Visconde de Cairu (Ocupa Cairu) foi ocupado pelos estudantes dia 4 de abril⁶¹, já os colégios estaduais Antônio Houaiss (Ocupa Tonhão) e Hispano Brasileiro João Cabral de Melo Neto (Ocupa Hispano), ambos ocupados no dia 13 de abril⁶². O Colégio Estadual Paulo Freire (Ocupa Paulo Freire), foi ocupado pelos estudantes no dia 18 de abril,⁶³ e influenciaram a juventude estudantil do Central do Brasil, que ocupou a escola nesse mesmo dia.

Em nossas pesquisas percebemos algumas peculiaridades ao entrevistar estudantes de algumas das escolas mencionadas. Os estudantes construíram as lutas a partir de seus colégios, respeitando a autonomia e demanda particular de cada unidade escolar. A organização do movimento de ocupações respeitou a autogestão construída na prática e, quando havia fóruns de encontro ou atividades entre os

⁶⁰ O chamado Grande Méier se localiza na 13ª região administrativa da cidade e que além do Méier engloba as seguintes localidades vizinhas: São Francisco Xavier, Sampaio, Rocha, Engenho de Dentro, Abolição, Cachambi, Maria da Graça, Del Castilho, Jacaré/Jacarezinho, Piedade, Encantado, Riachuelo, Engenho Novo, Lins de Vasconcelos, Todos os Santos, Água Santa, Pilares e Quintino Bocaiuva. Disponível em: <https://souMeier.com.br/sobre-o-Meier>. Acesso em: 18 mar. 2023

⁶¹ SALES, Diogo; DOURADO, Elisa; AQUINO, Renata. Diário das ocupações no Rio de Janeiro: C. E. Visconde de Cairu. [S. l.: s. n.], 2016. Disponível em: <https://liberdadeparaensinar.wordpress.com/2016/04/11/diario-das-ocupacoes-no-rio-de-janeiro-c-e-visconde-de-cairu/>. Acesso em: 18 mar. 2023.

⁶² Consultamos as redes sociais e páginas das duas ocupações para confirmar a data.

⁶³ FREITAS, Joana de. Ocupa Paulo Freire! Ocupa Tudo! Das Lutas, [s. n.], 30 abr. 2016. Disponível em: <https://daslutas.wordpress.com/2016/04/30/ocupa-paulo-freire-ocupa-tudo/>. Acesso em: 18 mar. 2023.

estudantes de escolas diferentes, as pautas dos secundaristas em geral eram debatidas de forma horizontal. Por isso, percebemos uma aproximação com o federalismo e a consequente negação ao centralismo como prática política.

Diante disso é preciso dizer que o princípio federalista sempre manteve em oposição à ideia de centralismo político. Independentemente do local e do contexto, quando falamos de federalismo relacionado à teoria libertária esse é um princípio básico que atravessou a história das mais diferentes lutas. Reforçamos que é necessário sempre adaptá-lo à conjuntura de como ele vai se desenvolvendo no tempo, espaço e história.

É nesse sentido e a partir desse pressuposto básico que buscaremos construir o conceito de Federalismo Secundarista, afinal se teve algo que caracterizou a construção política da luta estudantil nas ocupações foi a descentralização política como tática de luta.

106

O desenvolvimento de autogestões no interior das escolas fazia com que a luta fosse a mais coletiva possível, sem personalizar as questões e construindo um ambiente político feito de baixo pra cima, em que as decisões eram sempre em grupo e por meio de assembleias, respeitando as diferentes comissões.

No período que aconteceram as mobilizações dos estudantes na área do Grande Méier aconteceram questões que cabem análises mais específicas, pois todas as escolas do bairro foram ocupadas naquele período. E o mais interessante é reforçar alguns aspectos: 1) havia autonomia de atuação nas escolas (não havia intervenção de uma escola na organização da outra); 2) mesmo havendo autonomia havia comunicação constante e intensa entre as escolas; 3) a relação de ajuda mútua entre os estudantes de escolas diferentes foi muito importante naquele contexto; 4) a dinâmica de greve e luta pela Educação impulsionou uma mobilização conjunta nas ruas, pois quando ocorriam manifestações locais os estudantes de todas as escolas se agrupavam e iam para os protestos, pelas pautas da categoria e deles próprios; 5) os relatos e conversas nos fazem afirmar que o modelo de autogestão que se baseava em comissões rotativas para fortalecer a mobilização, internamente nas escolas, foi realizado nas demais unidades

escolares do Grande Méier ocupadas, não só no Central do Brasil.

A estudante Laura narra da seguinte forma a situação:

A gente se juntava muito pra fazer ato no Méier. Então lá todas as escolas se reuniam pra fazer ato, porque desde o começo da ocupação a gente viu a necessidade também de não ficar só na escola, mas também de participar das manifestações. E também de fazer o nosso protesto ali num lugar que tem muito movimento e que tem muita gente e muitas escolas ocupadas. Então a gente precisava falar sobre isso também na rua. Então a gente se unia muito por causa disso. E o Central e o Cairu, por exemplo. Começou com o Cairu ocupando. Quando a gente ocupou a gente não tinha refeitório, a gente cozinhou lá. Eles mandavam alguma comida pra gente também feita, porque a gente não tinha cozinha. Então era assim... A gente automaticamente já pensa em se reunir com as pessoas que estão próximas pra poder fazer as coisas andarem ou então fazer algo maior (Laura Vianna, estudante que ocupou o Central do Brasil em 2016).

Victor Hugo, que na época era um dos estudantes a construir a Ocupa Paulo Freire, traz outros elementos que configuraram essa solidariedade entre as ocupações da região:

Nossa união com outros colégios do Grande Méier se deu ao fato de estarmos sofrendo ataques de estudantes e pais (incentivados pelas diretorias de cada colégio) no portão, querendo botar medo e pressão em nós. Sendo assim, íamos em cada colégio fornecer pessoal e toda ajuda com que podíamos (Victor Hugo, estudante que ocupou o Paulo Freire em 2016).

Victor em seu depoimento reforça princípios que trabalhamos como a ajuda mútua entre escolas diferentes, o que fortalece na prática o ideal federalista. A citação abaixo é reveladora a respeito do contexto vivido nas escolas do Méier nas mobilizações que ocorreram em 2016:

Nós ajudamos as outras escolas mutuamente e naturalmente, conforme tal necessidade. Foi árduo tudo aquilo que passamos. Digo com certa propriedade que foi uma das coisas mais loucas que já fiz em minha vida e levo aquela experiência pra toda vida. De toda minha família, obtive apoio somente da minha mãe, e o resto virou as costas pra mim. Fiquei 2 meses e meio seguidos dormindo no colégio, para que, no fim, toda nossa pauta fosse atendida. E se não fosse a união dos alunos que foi 100% natural conforme a necessidade, não teríamos ficado tanto tempo com colégio ocupado e nem com todo suporte externo (Victor Hugo, estudante que ocupou o Paulo Freire em 2016).

Já a estudante Amanda Silva que era secundarista do colégio estadual Antônio Houaiss (Ocupa Tonhão) nos revela



alguns pontos que dialogam com as falas de outros estudantes que ocuparam as escolas do Grande Méier:

Durante a movimentação de tentar fazer uma ocupação funcionar bem e dar certo, fomos entendendo a necessidade de trocar com outras ocupações. Numa tentativa de organizar uma rede de apoio, criamos um diálogo com outras escolas que naquele momento estavam passando pela mesma situação que a nossa. Fizemos contato com o intuito de ajudar com o que fosse possível em relação à organização, planejamento, troca de alimentos, até mesmo dando suporte para as ocupações que estavam mais esvaziadas e como consequência sofriam mais repressões do movimento "desocupa" (Amanda Silva, estudante que ocupou o Antônio Houaiss em 2016).

A estudante da Ocupa Tonhão ainda reforça a construção dos laços de solidariedade entre os secundaristas da região no depoimento abaixo:

Com uma relação mais firme e depois alguns meses de ocupações e trocas, enquanto estreitamos as relações entre as escolas ocupadas, pudemos perceber que cada escola tinha a sua particularidade e que ela deveria ser respeitada; mas existiam pautas em comum e com a junção dessas pautas, as escolas do Grande Méier conseguiam organizar manifestações, reuniões e outras ocupações. As particularidades de cada escola ocupada e a singularidade de cada ocupação, não impedia de criar uma luta em conjunto, afinal, o coletivo é mais forte que o indivíduo e naquele momento todo apoio fazia uma enorme diferença (Amanda Silva, estudante que ocupou o Antônio Houaiss em 2016).

Pablo Miceli, ex-estudante do Visconde de Cairu, faz um relato interessante sobre o processo de aproximação entre os estudantes das diferentes escolas:

A aproximação dos estudantes se deu já no primeiro ato dos estudantes do Cairu em apoio a greve dos professores, quando uma das paradas do ato foi na frente do Colégio Central. Fizemos bastante barulho na frente da escola para que se somassem a nossa luta, porém tivemos problema com a direção que não permitiu a saída dos estudantes. Mas isso não foi suficiente pra atrapalhar nossa luta, os estudantes do Central nos procuraram e com isso começamos a conversar.

Marcamos um outro ato em conjunto com o Central e nesse ato, fui até o Antônio Houaiss chamar os estudantes enquanto outros companheiros foram até o Hispano Brasileiro. No Antônio Houaiss a recepção foi melhor que no Central devido aos professores grevistas que se somaram a nossa convocação.

Esse segundo ato foi ótimo, ocupamos a Dias da Cruz e a praça do Méier. Já estava claro como seria essa relação dessas

escolas, com muito companheirismo e garra para lutar (Pablo Miceli, estudante que ocupou o Visconde de Cairu).

O ex-secundarista da Ocupa Cairu ainda traz com alguns detalhes como foi se dando essa relação de apoio e solidariedade entre as diferentes escolas ocupadas da região que só corroboram a ideia do Federalismo Secundarista. Pablo relata da seguinte forma esse processo:

Com o início das ocupações, a relação entre as escolas foram se aprofundando, quando escolas que ainda não ocuparam visitavam e apoiavam escolas já ocupadas e conseqüentemente já ocupavam suas escolas também. E nisso fomos ocupando, cada escola do grande Méier, uma a uma.

Do Cairu, passando por Central, Hispano, Paulo Freire, Tonhão, até o Dom Helder. Assim foi formado uma grande rede de apoio, com grupos no whatsapp, estudantes indo de uma escola para outra, atos conjuntos e formação de comitês para organizar a luta (Pablo Miceli, estudante que ocupou o Visconde de Cairu).

Podemos observar nas falas dos estudantes das outras escolas ocupadas no Méier que há uma interseção de visões sobre o contexto que dialoga com o que estamos debatendo no artigo. A construção de uma rede de apoio mútuo, descentralizada politicamente, respeitando a autonomia de cada escola e sem depender de nenhuma instituição oficial do estado ou órgãos da política institucional fortalecem os nossos argumentos que tratam as práticas da luta estudantil muito próximas dos princípios anarquistas.

É a essa formação de rede de ajuda, com solidariedade entre estudantes da rede pública, lutando por pautas concretas e por meio de ação direta, que estamos atribuindo o federalismo secundarista. Logo, essa tática política se deu a partir da dinâmica entre as escolas ocupadas no Méier, cujo funcionamento interno em cada unidade escolar era baseado na autogestão e na relação que os estudantes foram estabelecendo, ao fortalecer escolas vizinhas, criando mobilização de diferentes escolas na rua e promovendo ações diretas, no meio da greve por uma escola melhor para a juventude do estado.

Mas entendemos ser possível que, em outros movimentos de ocupação de escolas como o que ocorreram durante os anos de 2015 e 2016 (ou quem sabe até no Chile em 2006), esse desenvolvimento de apoio entre estudantes de escolas

ocupadas, da mesma região de um determinado município, tenha ocorrido. Portanto, o conceito de Federalismo Secundarista pode sim servir para reflexões em outros estudos que tenham as mobilizações estudantis como assunto principal.

Cabe frisar que de forma alguma estamos querendo transportar as ideias de Proudhon sobre federalismo ao exemplo das ocupações e sua organização via comissões de maneira direta, sem adaptações ou de forma anacrônica. Mas é inegável o paralelo coma reflexão que o intelectual e militante anarquista do século XIX nos traz sobre o quão importante é evitar hierarquias na hora de uma construção política coletiva, diminuir também os intermediários nas tomadas de decisões e, acima de tudo, romper com atribuições centralizadas em poucas pessoas.

Destacamos também que os estudantes não inventaram nada e muito menos foram pioneiros nesse formato de atuação política. Ao longo dos últimos séculos diversos sindicatos e movimentos sociais em geral construíram – e constroem até hoje – suas lutas por meio do princípio federalista. E isso não se restringe a movimentos que se reivindicam anarquistas ou libertários.

Afinal a questão da organização política descentralizada e autônoma é prática disseminada em diversos locais do mundo e tempos históricos diferentes: desde os Panteras Negras⁶⁴ e suas células de organização em vários locais dos Estados Unidos, visando ao trabalho comunitário, escolas próprias e

⁶⁴ Apesar da clara influência de correntes políticas vinculadas ao marxismo como o maoísmo e leninismo, passando pela atuação militante de Malcolm X, o Partido dos Panteras Negras, que foi fundado na Costa Oeste dos Estados Unidos, se difundiu e atuou em diversas células com seus trabalhos, cada um com dinâmica. Apesar de haver em seu programa político um perfil de política centralizada em alguns pontos, na prática os Panteras não atuavam tão centralizados, como por exemplo os bolcheviques pós 1921. Fora a defesa explícita em seu programa de uma autodefesa popular contra a polícia racista do governo estadunidense.

Logo, não era libertário teoricamente, mas nas ações o que ocorria eram células espalhadas pelo país que atuavam como similar a federações, quase de forma descentralizada em alguns momentos e ações políticas, em sua trajetória. Diante de tantas contradições dentro do próprio Panteras Negras, perseguições e prisões, uma corrente importante surge nos Estados Unidos justamente a partir de alguns ex-militantes do Partido dos Panteras Negras que é o Anarquismo Negro. Destacamos os autores e ativistas Lorenzo Komboa Ervin e Ashanti Alston. Cf. ERVIN, Lorenzo Kom`boa. Anarquismo e Revolução Negra. São Paulo: Coletivo Editorial Sunguilar, 2015.

organizando a autodefesa da comunidade negra contra grupos supremacistas brancos, passando pelas revoltas estudantis no Maio de 1968 na França que também tinham um caráter de enfretamento ao sistema e ao mesmo tempo de contestação ao modelo de centralismo democrático exaltado pelo Partido Comunista Francês. Até chegarmos aos caracóis em Chiapas protagonizados pelos zapatistas e os cantões na revolução curda que se baseiam no confederalismo democrático, como ressalta Morel (2017) nos dois últimos exemplos.

Portanto, a concepção federalista no campo libertário foi e segue sendo uma tradição, que influencia os mais diversos movimentos populares pelo mundo. A descentralização política que busca potencializar movimentos de ruptura contra a lógica do capital e do estado a partir da autonomia é uma prática que transcende a filosofia política libertária e isso não tem nenhum elemento que diminua a importância do anarquismo junto sua teoria e prática na história.

111

E no exemplo estudado temos uma atuação descentralizada, caracterizada pela ajuda mútua entre os núcleos de mobilização (as escolas), sendo que esses núcleos tinham autonomia de construir a política de atuação internamente e na rua, cujas pautas são de todos os estudantes, há uma interação unificada contra as instituições do Estado que prejudicam todo o andamento das demandas políticas de estudantes e profissionais de Educação.

E por fim, vale reforçar que a imagem de grande parte dos estudantes uniformizados é impactante, mostra uma unidade sem romper com a autonomia de cada escola e, ao mesmo tempo, põe força na construção de uma luta que não é só dos secundaristas, como os próprios diziam: é de toda a sociedade.

Sobre esse Federalismo Secundarista na prática vale trazer um episódio lembrado pelo estudante Matheus sobre o contexto das ocupações no Méier:

A gente precisou se articular com o que tinha de próximo, né? Pra conseguir manter o nosso território ocupado. Então o que que a gente logicamente tinha que fazer, né? Procurar os companheiros que estavam ocupando mais próximo da nossa região. E foi assim que começou. Eu lembro de um episódio muito interessante que foi o início da desocupação que foi os alunos do Central correndo desesperadamente pro Tonhão, né? Pro Antonio Houaiss pedir ajuda, né? Então assim foi uma coisa muito de necessidade.

Daí por mais que as dificuldades passavam, eles conseguiam sozinhos se autossustentar, né? Eles conseguiam se alimentar, mas chegou num determinado momento que foi necessário sim levar comida de um colégio pro outro. Levar recursos, né? E só que, assim, chegou um determinado momento que não se podia mais andar mais sem decisões políticas em conjunto. Não tinha mais como. Né? Quando a gente foi desocupado a gente teve que se abrigar no Cairu. Depois persistindo a desocupação, nós ocupamos a Metro III. Os estudantes, né, de toda região do Méier culpavam a Metropolitana III. E depois, assim, o Central já com essa pressão na Metropolitana conseguiu voltar a ocupar o Colégio Central. Então toda a ocupação da Metropolitana III se deu pela desocupação do Colégio Central. Né? A gente não tinha pra onde ir. Né? Não tinham como continuar a luta, então a gente teve que ocupar a Metropolitana Três até conseguir voltar pro Central. E tudo isso foi articulado com as escolas do Méier (Matheus Ramos, estudante que ocupou o Central do Brasil em 2016).

Então resumimos e pontuamos o conceito de Federalismo Secundarista da seguinte forma: 1) não é um federalismo clássico de diversas categorias da classe trabalhadora em seus sindicatos, demais movimentos sociais ou que se organização por locais de moradia e de estudo; 2) tem traços e características pontuais como a representatividade e protagonismo de estudantes secundaristas, uniformizados na maior parte do tempo, cada um nas suas escolas; 3) apesar da descentralização política havia um nível de organização que ao mesmo tempo dava autonomia de maneira interna (nas comissões dentro das escolas) e de forma externa (cada escola tinha sua autonomia, sua forma de construção e sua dinâmica política, mas havia não só comunicação entre as ocupações, mas também solidariedade e intersecção de pautas para lutar por um bem em comum: condições dignas, básicas e de qualidade para o funcionamento das escola pública, além de outra lógica de educação dentro das escolas); 4) os estudantes, com esse formato de atuação federalista e mobilização, conseguiram não só manter sua autonomia entre as escolas, sem perder foco na política e nas pautas, mas também diante de outros movimentos que os apoiaram, sem perder o protagonismo e fortalecendo laços na luta; e por fim: 5) acreditamos que a estrutura descentralizada que os estudantes sustentaram durante o período das ocupações muito mais confundiu as forças de repressão e as autoridades vinculadas à Secretaria de Educação, dificultando sua ação repressiva.

Em suma, foi a partir da solidariedade, compartilhamento de alimentos, experiências em geral, fortalecimento da autonomia e a luta coletiva de forma concomitante nas diferentes escolas ocupadas, ou seja, por meio de ajuda mútua, é que conseguimos estabelecer um conceito, observando uma prática espontânea de estudantes secundaristas, em uma luta cujo perfil se assemelha com a prática de diversos movimentos de caráter libertário ao longo da história no Brasil e no mundo.

Dizemos que o federalismo de perfil secundarista também se apropriou de armas como a cooperação entre estudantes na luta por uma escola mais democrática e uma melhor educação para a população, em vez de reproduzir a competição entre as escolas, que a SEEDUC busca colocar em sua lógica de meritocracia num regime capitalista.

Identificamos o Federalismo Secundarista como algo que envolveu as escolas ocupadas na região do Grande Méier no Rio de Janeiro em 2016, como mostrado no presente estudo, mas que poderia ter ocorrido em diferentes processos de luta dos estudantes naquele ciclo de lutas que aconteceu em diversos locais do país.

Tais táticas elencadas em nosso trabalho reforçam que, mesmo em um período curto de tempo, as escolas foram transformadas em algo completamente diferente, potente, com protagonismo dos estudantes e com uma veia libertária que até as regras de um ambiente e instituição secular, como é a escola, os estudantes conseguiram reverter.

Por isso quando presenciamos falas e lemos cartazes como “a escola é nossa” ou “nossa escola, nossas regras”, entendemos que precisamos sim refletir sobre o assunto de forma aprofundada e o fenômeno histórico das ocupações nos trouxe as mais diversas reflexões que passam pela construção de movimentos sociais, mobilização política até uma outra forma de entender o ensino e a escola no seu cotidiano.

CONCLUSÃO

Entendemos que acompanhar os fatos, dialogar e aprender com os estudantes, além de vislumbrar um fenômeno político ocorrido com base na ação direta e de baixo pra cima, de forma descentralizada, é fortalecer uma teoria elaborada a

partir de quem está na base da sociedade, e não em cargos institucionais ou acadêmicos, assistindo aos fatos de cima e de forma “neutra”.

É compreendermos que os corpos estudantis protagonizaram nas escolas e nas ruas uma luta que rompeu com paradigmas, estabelecendo assim uma teoria que vem das ruas, aglutinando sempre um saber epistemológico que se constrói na prática, e não pelo contrário, da teoria que se pratica posteriormente. Tudo isso possui conexão direta com o fazer educativo no campo libertário.

Como já dissemos, a educação libertária nunca se pautou somente em sala de aula ou centrada na relação estudante-docentes mas sim nas diversas possibilidades que a vida pode servir de ensinamento. Principalmente pensando numa educação que questione a ordem e busque transformar o sistema em prol dos grupos oprimidos socialmente ao longo da história.

114

A tática descentralizada de reforçar a luta local e conjunta entre estudantes de diferentes escolas no período de mobilização nas escolas ocupadas no Grande Méier teve um efeito educador que vai muito além de notas, aprovação ou reprovação de ano, índices gerados para secretaria de educação ou resultado imediato para formação de militantes partidários. Entendemos que a juventude, na prática, fez a luta se exercer do local da escola para depois se articular com outras ocupações em lugares diferentes, ou seja, de baixo para cima ou da periferia para o centro, coisa que alguns anarquistas como Mikhail Bakunin buscaram desenvolver em sua teoria e prática política. Acreditamos que esse último ponto pode servir de reflexão a diversos movimentos sociais em lutas posteriores.

Esperamos que essa inspiração dos estudantes não fique restrita apenas aos debates acadêmicos, mas sim nas táticas de enfrentamento ao Estado e lutas por direitos nas ruas, locais de estudo e moradia, afinal nada mais libertário do que aliar teoria e prática junto às pautas de movimentos em geral, seja no campo da educação ou não.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALVES, Munis Pedro (2018). O anarquismo em Proudhon: uma introdução. Pergaminho: Patos de Minas, MG, v. 1, p. 3-13. Disponível em: <http://pergaminho.unipam.edu.br/documents/1833572/2573150/2+O+anarquismo+em+Proudhon+-+uma+introdu%C3%A7%C3%A3o.pdf/9060a570-c963-4130-93e1-f8d963996440>. Acesso em: 30 abr. 2023.

AZEVEDO, Rafael Sá Rego de (2018). "A Escola é Nossa": uma abordagem territorial da experiência das escolas ocupadas. 2018. 174 f. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Universidade Federal Fluminense, Niterói.

BARRETO, Bruna Amaral Lanzilotti (2019). Ocupações secundaristas no Rio de Janeiro em 2016: resistências à precarização da educação. In: MEDEIROS, Jonas; JANUÁRIO, Adriano; MELO, Rúrion (org.). Ocupar e resistir: movimentos de ocupação de escolas pelo Brasil (2015-2016). São Paulo: Editora 34, p. 124-148.

BERTHIER, René (2016) Do Federalismo. São Paulo: Intermezzo.

CHAMBAT, Grégory (2006). Instruir para revoltar: Fernand Pelloutier e a educação rumo a uma pedagogia da ação direta. São Paulo: Editora Imaginário.

DE MORAES, Wallace (2018). Governados por quem? Diferentes plutocracias nas histórias políticas de Brasil e Venezuela. Curitiba: Prismas.

FERNANDES, Maria Clara (2019). O governo das juventudes, o imperceptível e estranho aos controles: as ocupações secundaristas no Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: Editora Multifoco.

GALLO, Silvio (2007). Pedagogia libertária: anarquistas, anarquismos e educação. São Paulo: Imaginário; Manaus: Editora da Universidade Federal do Amazonas.

MOREL, Ana Paula Massadar (2017). Cantões curdos e caracóis zapatistas: autonomia hoje. Gavagai, Erechim, v. 4, n. 1, p. 100-112, jan./jun. Disponível em: <https://periodicos.uffs.edu.br/index.php/GAVAGAI/article/view/8996/5599>. Acesso em: 30 mar. 2023.

PROUDHON, Pierre-Joseph (2001). Do princípio federativo. São Paulo: Nu-Sol: Imaginário.

TRINDADE, Francisco (2001). [Apresentação do livro "Do princípio federativo"]. In: PROUDHON, Pierre-Joseph. Do princípio federativo. São Paulo: Nu-Sol: Imaginário, p. 7-20.

